

# Foco de 2004: crédito, investimento e renda

Economia - Brasil

Crescimento de emprego virá após 1.º trimestre

Uma movimentação, porém, começa surgir em setores que frearam contratações em 2003

TERCIANE ALVES

**A** estimativa de 3,5% de crescimento econômico para este ano deve proporcionar aumento de postos de trabalho no País de forma lenta, cujo o efeito só deve ser notado após o primeiro trimestre. Essa é a opinião predominante entre caçadores de talento e profissionais de recursos humanos. Apesar de um discurso ponderado, porém, há clima de otimismo. Uma movimentação já começou em setores que frearam contratações em 2003, para repor vagas congeladas, fato que anima as consultorias.

"Após uma brava redução de profissionais em consequência das reestruturações, várias empresas começam a investir para não perder qualidade", observa a diretora do Rio de Janeiro da Mariaca & Associates (empresa de recrutamento de executivos), Irene Azevedo. Os caçadores de talento citam telecomunicações – com ênfase em telefonia celular –, alta tecnologia, indústria de consumo e até mesmo o mercado financeiro como os que tendem a carimbar carteiras profissionais com mais ênfase. Além destas áreas, tendem a demandar mais funcionários os segmentos de vendas internacionais (exportação), energia e Project Finance – departamentos especializados em engenharia financeira.

Vagas de peso já começam a surgir para o alto escalão – profissionais em postos de média gerência e alta direção, garante o CEO da empresa de seleção e recrutamento de executivos Fesa, Alfredo Assumpção. Ele diz que uma nova empresa de asset management (administração de recursos de terceiros) está sendo criada no Brasil e busca nove executivos de uma só vez. A seleção é bem disputada, uma vez que a remuneração oferecida para um posto deste nível pode chegar a R\$ 1 milhão anual. Um outro grupo financeiro com investidores da Suíça também recruta cinco executivos. A Fesa administra hoje 50 posições para executivos.

**Emprego novo** – Hoje, primeira segunda-feira do ano, o engenheiro de produção Ernesto Haikewitsch, de 41 anos, estréia em um novo emprego. É o seu primeiro dia em uma instituição financeira, que marca também a volta ao trabalho na capital paulista. A negociação foi acertada em dezembro, o que lhe trouxe surpresa. Depois de enfrentar 2003 sem trabalho formal, o executivo carioca,



O executivo Haikewitsch começa a trabalhar hoje em São Paulo após um ano sem trabalho formal

com uma carreira sólida em consultoria e cargos de exposição em grandes empresas – no último foi superintendente da Light, no Rio de Janeiro –, comemora o fato de voltar à indústria bancária depois de enfrentar a primeira demissão da sua carreira.

Em dezembro de 2002, após a organização não obter os resultados de negócios esperados – um quadro típico nas empresas do ramo de energia naquele ano, imposto pela crise do racionalismo – toda a diretoria comercial da Light, já privatizada, foi extinta. O nome de Haikewitsch estava na lista. Ele conta que graças à sua experiência de 12 anos em consultoria (trabalhou na Accenture), pôde prestar serviços em projetos importantes, o que lhe garantiu "vida financeira de qualidade". Para ele, a experiência não foi traumática, e lhe deu oportunidade de gerenciar momentos difíceis. Ele foi o respon-

sável pela gestão de crise na Light e diz que inúmeros fatores impactaram a carreira dos profissionais do ramo, como o racionalismo. O executivo, porém, lamenta o fato de alguns colegas não terem tido a mesma sorte, por não terem uma segunda opção de carreira.

Por um ano, Haikewitsch atuou como autônomo, prestando consultoria, mas sentia falta, como ele diz, do mundo corporativo. "Gosto muito de trabalhar em equipe, dividindo riscos e resultados", diz. "O mercado de trabalho para executivos foi extremamente

ruim em 2003", lembra. "Só começou a melhorar em outubro." Agora ele só quer falar de otimismo. "Ano novo, vida nova, emprego novo," diz. Para especialistas em aconselhamento de carreira, a história do executivo dá muitas pistas não só sobre quebras de tabus das relações de trabalho como também de tendências sobre a vida do

**O trabalho ficará cada vez mais voltado para projetos. Quando concluído, o empregado segue em frente**

Marcelo Mariaca, sócio da Mariaca & Associates

Tasso Marcelo/AE

Política econômica se voltará para estímulo a negócios e melhor distribuição de renda

LU AIKO OTTA

**B**RASÍLIA – A política econômica de 2004 promete ser muito diferente da que vigorou em 2003, quando o governo concentrou esforços no objetivo de domar a inflação. O governo quer adotar medidas que barateiem o crédito, facilitem o investimento, melhorem o ambiente de negócios, a qualidade do gasto público e a distribuição de renda.

Para isso, mais do que azeitar as engrenagens entre o Executivo e o Congresso, será preciso articular esforços também com o Judiciário e outras áreas da sociedade. Se os planos derem certo, até mesmo questões culturais serão enfrentadas.

É o caso das mudanças no crédito imobiliário, que o governo quer tirar do papel para dar fôlego à construção civil. O Executivo vai apoiar a votação de duas medidas provisórias que tramitam no Congresso desde 2001. Elas criam novos instrumentos de financiamento habitacional, a Letra de Crédito Imobiliário e a Cédula de Crédito Bancário. Nos dois casos, o banco poderá emitir papéis com lastro na sua carteira de créditos imobiliários. Esses papéis poderão ser vendidos a fundos de pensão ou a outros investidores de longo prazo. Dessa forma, cresce o volume de recursos para o financiamento.

Mas para que esses instrumentos sejam atraentes é preciso haver segurança de que quem tomou o financiamento pagará as prestações e, se não pagar, que o banco poderá rapidamente retomar o imóvel. É isso que fará a diferença entre o sistema de financiamento de hoje e o novo sistema. A equipe econômica acredita que o sistema atual e a Justiça protegem o mau pagador. É essa a lógica que se quer inverter.

Os investidores querem ter mais clareza sobre o que pensa a Justiça, antes de colocar dinheiro no setor. Por isso, o governo quer conversar com o Judiciário. "Acho importante um diálogo com o Poder Judiciário para construirmos isso juntos, durante a próxima década cada vez mais as organizações procurarão pessoas que moldem e gerenciem as próprias carreiras. Para o consultor, essas pessoas usarão suas habilidades, trabalhando para várias empresas, em múltiplas carreiras, ajustando e mudando as habilidades para atender necessidades emergentes. O trabalho ficará cada vez mais voltado para projetos. Quando concluído, o funcionário segue em frente."

Tornar o bom pagador mais visível para o setor financeiro e garantir que ele tenha alguma vantagem por ter cadastro limpo é outra medida para reduzir o custo do crédito. Até o final de junho o Banco Central (BC) vai criar um Cadastro Positivo. O interessado em tomar um empréstimo poderá requisitar ao BC um relatório de seu relacionamento com o sistema finan-

ceiro e usá-lo para promover uma espécie de leilão para ver qual banco lhe oferece o juro mais baixo.

Outro tema que vai demandar muita articulação é a reforma do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A idéia é modificar o sistema de deduções, que hoje permite descontos proporcionalmente maiores às pessoas de maior renda. Da forma como se calcula o IR, quem está na alíquota de 15% tem deduções menores do que quem está na faixa dos 27,5%. A fórmula em estudo prevê que a dedução seja feita sobre o imposto a pagar, e não antes da determinação da base de cálculo como ocorre hoje.

Mas antes disso, há outras questões envolvendo impostos que Palocci considera mais importantes para melhorar a distribuição de renda. Ele está convencido de que para ajudar os mais pobres o ideal é reduzir a tributação indireta – aqueles impostos que já vêm embutidos no preço dos produtos. Eles consomem um quarto da renda dos 10% mais pobres da população. O mais pesado é o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de receitas dos Estados. As bases para se cobrar menos ICMS da cesta básica e dos medicamentos já foram dadas pela reforma tributária, na regra que prevê a uniformização das alíquotas em todo o País.

Este também será um ano em que manter os gastos sob controle continuará sendo essencial. "Em ano político, costuma duplicar a pressão", admitiu Palocci.

Por outro lado, como se espera que a economia cresça em 2004, a arrecadação também deve subir, abrindo um pouco mais de espaço para despesas. Tudo somado, conclui o ministro, manter o ajuste fiscal será tão difícil como foi em 2003. Para driblar a escassez de recursos, a idéia é melhorar a qualidade do gasto público, por meio de um sistema de avaliação dos resultados das despesas que possa medir inclusive o impacto dos programas sociais.

**Negócios facilitados** – Para o governo, com os recursos públicos escassos, quem vai puxar o crescimento em 2004 será o investimento privado. Por isso, o nome do jogo deste ano será: facilitar negócios. É uma área na qual o Brasil vai mal. Segundo estudo do Banco Mundial leva-se 152 dias para abrir uma firma no País, ante uma média de 72 dias na América Latina. A idéia é facilitar não só a vida das grandes empresas, mas também promover o empreendedorismo, estimulando a formalização de micro e pequenas empresas. Para a equipe econômica, é uma forma de melhorar o perfil de renda no País.